

RESENHA DO ARTIGO INTITULADO “A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E SEUS REFLEXOS NA MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL”¹

REVIEW OF THE ARTICLE ENTITLED “CONSTITUTIONAL INTERPRETATION AND ITS REFLECTIONS ON CONSTITUTIONAL MUTATION”

Recebido: 13/04/2022 | Aceito: 30/05/2022 | Publicado: 03/08/2022

Samir Ranon Correia Motta²

 <https://orcid.org/0000-0001-9364-7054>

 <http://lattes.cnpq.br/5873785525296147>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: samirranon31@gmail.com

Resenha da obra:

SIMEÃO, Álvaro Osório do Valle; OLIVEIRA, Ludimilla Esteves de; REGIS, Eduardo Jhonny Lustosa Regis. A Interpretação Constitucional e Seus Reflexos na Mutação Constitucional. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. Ano 2020, Vol.11, n.41, dezembro., 2020.

Resumo.

Trata-se de resenha do artigo intitulado “A interpretação constitucional e seus reflexos na Mutação Constitucional”. Este artigo é de autoria de: Álvaro Osório do Valle Simeão; Ludimilla Esteves de Oliveira; Eduardo Jhonny Lustosa Regis. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, no Ano 2020, Vol.11, n.º 41, dezembro., 2020.

Palavras-chave: Interpretação. Constitucional. Mutação. Constituição. Estado.

Abstract

This is a review of the article entitled “Constitutional Interpretation and Its Reflections on Constitutional Mutation”. This article is authored by: Álvaro Osório do Valle Simeão; Ludimila Esteves de Oliveira; Eduardo Jhonny Lustosa Regis. The article reviewed here was published in the journal “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicas e Financeiros”, in the year 2020, Vol.11, n.41, december, 2020.

Keywords: Interpretation. Constitutional. Mutation. Constitution. State.

Resenha

Essa é uma resenha do artigo “A Interpretação Constitucional e Seus Reflexos na Mutação Constitucional”. Este artigo é de autoria de Álvaro Osório do Valle Simeão; Ludimilla Esteves de Oliveira; Eduardo Jhonny Lustosa Regis.

¹ A revisão linguística desta resenha foi realizada por Roberta dos Anjos Matos Resende.

² Graduando em Direito pelo UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

O presente artigo foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicas e Financeiros”, no ano 2020, Vol.11, n.º 41, dezembro, 2020.

No que se refere aos autores do artigo, é importante ter o conhecimento acerca da formação pessoal de cada um, pois o currículo e a experiência pessoal de cada autor são uma base ímpar para a elaboração do artigo. Abaixo, descreve-se o currículo deles. O primeiro autor é Álvaro Osório do Valle Simeão, Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Piauí; Mestre em Direito das Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília - UniCEUB; Doutorando em Direito pelo Centro Universitário de Brasília - UniCEUB. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1603916573234996>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1693-1139>.

O segundo autor é Ludimilla Esteves de Oliveira. Graduanda em Direito pela Faculdade Processus. CV Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6084463425807236>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6691-3150>.

O terceiro autor é Eduardo Jhonny Lustosa Regis. Graduando em Direito pela Faculdade Processus. CV Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2402919033910010>.

O artigo é dividido da seguinte forma: Resumo, Palavras-chave, Abstract, Keywords, Introdução, Desenvolvimento, Considerações finais e Referências.

O artigo aborda a interpretação constitucional e seus reflexos na realização da mutação constitucional. Indagou a dúvida: como a interpretação constitucional pode interferir na mutação constitucional? Levanto a ideia de que não atentar para os parâmetros principiológicos na atividade interpretativa acaba por interferir na mutação constitucional. O objeto geral é analisar possíveis reflexos da interpretação na mutação. Os objetivos específicos são permitir um debate acerca da atividade de extrair os significados do texto constitucional; ressaltar os obstáculos que existem na interpretação; e mostrar o que pode ocorrer caso não se respeitem as regras de interpretação. Esse artigo é fundamental para o adepto ao Direito, já que desperta o pensamento sobre como a interpretação constitucional implica na prática do Direito. Sobre a ciência, possui relevância conforme é de extrema importância para o diálogo acerca da interpretação constitucional, e para estabelecer uma indagação sobre os efeitos gerados pelas interpretações incertas e que não respeitem os limites do texto da Carta Magna. Possui importância para a sociedade, pois a interpretação deve buscar a realização das vontades populares na extração do sentido do texto constitucional. É uma pesquisa qualitativa teórica que durou 6 meses.

O tema do presente artigo é “A Interpretação constitucional e seus princípios na Mutação Constitucional”. Discutiu o seguinte problema: “como a interpretação constitucional pode interferir na Mutação Constitucional?” Apresentou a seguinte hipótese: “a inobservância de limites princípios semióticos na interpretação constitucional impacta diretamente na Mutação Constitucional”.

O objetivo geral é “analisar quais são os reflexos da interpretação constitucional para a Mutação Constitucional”. Os objetivos específicos são trazer uma reflexão acerca da tarefa de interpretar o texto constitucional; ressaltar as dificuldades existentes na interpretação; e mostrar as consequências do não respeito ao texto.

A obra apresentou a seguinte justificativa: “cientificamente, é relevante já que fomenta a discussão sobre a interpretação da Magna Carta com a proposta

de se estabelecer limites para a atividade interpretativa, e com a finalidade de evitar excessos. Possui relevância social conforme fomenta o debate jurídico, demonstrando ser necessário que a atividade de interpretação seja focada não apenas em dizer o que é coberto ou não pelo Direito, mas trazer ao debate o grupo de circunstâncias presente na prática, a fim de buscar uma extração de sentido do texto constitucional que seja mais próxima aos fins da Constituição.”.

A metodologia utilizada foi a pesquisa com base na teoria e na bibliografia, fundamentada em artigos científicos e livros acadêmicos de autores e estudiosos com propriedade no tema, bem como na Constituição Federal. Sobre a pesquisa, foram selecionados três artigos, entre eles dois extraídos do Google Acadêmico, tendo como base as expressões Mutação Constitucional e Interpretação Constitucional, além de um artigo físico, oriundo de um grupo de pesquisa em Direito Constitucional, dois livros acadêmicos e a Carta Magna. Os critérios de exclusão foram artigos científicos, trabalhos de autores mestres ou doutores que publicados em revistas acad micas com ISSN.

No primeiro capítulo da obra (Aspectos iniciais da interpretação constitucional), há a introdução da tarefa de interpretar, os autores trazem trechos de escritores renomados na doutrina do Direito Constitucional para trazer a ideia introdutória do que   essa atividade. Além disso, traz o papel fundamental da Constituição dentro de um Estado. Ressalta os juízes como intérpretes do texto e explica brevemente a Mutação Constitucional.

No segundo capítulo (Hermen utica Constitucional e suas peculiaridades), os autores destacam a diferenç a entre as leis das ciências naturais e as das ciências sociais. Afirmam que o intérprete deve aproximar a norma do caso concreto. Sustentam que o juiz deve respeitar os limites dos processos hermenêuticos. O Judiciário deve garantir que outros poderes cumpram as leis da Constituição, todavia a ação judiciária deve seguir os limites constitucionais. A Constituição se mant m viva e com forçá normativa em decorrência da Mutação Constitucional.

No terceiro capítulo (Interpretativistas e Não Interpretativistas), os autores apresentam os conceitos trazidos pela doutrina constitucional norte-americana sobre interpretativistas e não interpretativistas. Fazem críticas ao ativismo judicial e ressaltam a legitimação dos magistrados diante dessas correntes. Por fim, trazem uma rápida síntese para a evolução constitucional perante o Estado.

No quarto capítulo (Aprofundando Interpretação Constitucional e Mutação Constitucional), conceituam, inicialmente, o conceito de Mutação Constitucional e ressaltam a sua importância. Trazem as peculiaridades da Interpretação Constitucional, inclusive em face de outras leis. Ressaltam pontos negativos da mutação constitucional, como a ausência de respeito diante das vias formais de alteração do texto constitucional e a vontade da maioria.

Quanto ao quinto capítulo (Limites que a mutação constitucional não pode ultrapassar), os autores inicialmente trazem alguns limites, como a vontade do Poder Constituinte Originário, além de limites normativos. Afirmam que as Cláusulas Pétreas são limites para a Mutação Constitucional. Ressaltam o Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição. Destacam a politização da justiç a e a judicialização da política. Por fim, trazem o papel

fundamental da mutação para oxigenar a Constituição, sustentando a necessidade de observar limites para manter a rigidez constitucional.

Sobre o resultado da pesquisa, mostrou-se evidente que a atividade de quem interpreta o texto constitucional é cheia de obstáculos, todavia necessária, ainda mais no Brasil, um país que constantemente politiza a justiça e judicializa a política.

Referências.

SIMEÃO, Álvaro Osório do Valle; OLIVEIRA, Ludimilla Esteves de; REGIS, Eduardo Jhonny Lustosa Regis. A Interpretação Constitucional e Seus Reflexos na Mutação Constitucional. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. Ano 2020, Vol.11, n.41, dezembro., 2020. Disponível em:

<<http://periodicos.processus.com.br/index.php/egjf/article/view/251>>. Acesso em: 31/03/2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acad mico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acad micos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em:

<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de resenha de um artigo acad mico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, p. 04-07, ago. 2020. Disponível em:

<<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225>>. Acesso em: 03 ago. 2021.